

CNJ institui política de enfrentamento ao assédio e discriminação no Poder Judiciário



O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou por unanimidade resolução que institui no Poder Judiciário a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. A resolução vai se aplicar a todas as condutas de assédio e discriminação no âmbito das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

O texto da nova resolução determina que cada tribunal deverá criar uma comissão com as atribuições de monitorar, avaliar, fiscalizar e adotar políticas de prevenção e enfrentamento do assédio moral e do assédio sexual nas instâncias judiciárias.

Além disso, as comissões ficarão responsáveis por contribuir para o desenvolvimento de diagnóstico institucional; solicitar relatórios, estudos e pareceres; sugerir medidas de prevenção, orientação; representar aos órgãos disciplinares a ocorrência de quaisquer formas de retaliação; fazer recomendações; articular-se com entidades públicas ou privadas que

tenham objetivos idênticos; e alertar sobre a existência de ambiente, prática ou situação favorável ao assédio moral ou assédio sexual.

Pela resolução, os órgãos do Judiciário deverão alinhar seus respectivos planos estratégicos à Política de Prevenção

e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. Também deverão ser instituídas e observadas políticas estratégicas institucionais adicionais acerca do tema para promover a igualdade, com respeito às diversidades e combater a qualquer tipo de assédio ou discriminação.

Já para fins de acolhimento, suporte e acompanhamento, os órgãos do Poder Judiciário deverão ainda manter canal permanente, preferencialmente nas respectivas áreas de gestão de pessoas, de acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho.

Para conferir a resolução na íntegra, acesse: <https://bit.ly/2GIIjJO>

Projeto de digitalização da SJBA atinge novos números

O Projeto da Direção do Foro para digitalização de autos físicos da SJBA segue a todo vapor. O projeto, iniciado no final de junho, conta hoje com funcionários terceirizados trabalhando exclusivamente na digitalização, cujas atividades são atualmente desenvolvidas nas salas do Núcleo Judiciário, sob a gerência do Diretor da Unidade.

Esta atividade envolve vários aspectos como informações sobre tipo e tamanho de arquivo, conversão e compressão de mídias, nomenclatura utilizada, e, também a manutenção dos scanners. À

vista disso, partiu do Grupo de Digitalização do Comitê de Crise a elaboração de um documento, Informações Para Digitalização (<https://bit.ly/2HIYs2L>), que compilou várias orientações sobre o tema, para ser divulgado entre todas as unidades. O Nutec também está apoiando o projeto, providenciando a limpeza e manutenção dos scanners, principalmente dos mais antigos que, após uma simples troca de consumíveis (roletes de tração) voltam a funcionar perfeitamente.

Confira abaixo mais números do projeto:



PROJETO DE DIGITALIZAÇÃO EM NÚMEROS	
SEMANA DE 03/11 a 06/11/2020	
6ª VARA	189 PROCESSOS - 464 VOLUMES
10ª VARA	1 PROCESSOS - 9 VOLUMES
TOTAL DA SEMANA	190 PROCESSOS 473 VOLUMES 91.616 PÁGINAS

Aniversariantes: Hoje: Juíza federal substituta Paula Souza Moraes (Irecê), Alicia da Cruz Cafe Santos (7ª Vara) e Kevin Isaias Lima Sanches dos Santos (Diref). **Amanhã:** Leonardo Carvalho Pinto (Jequié), Reynaldo Augusto do Patrocínio Neto (Alagoinhas), Rita de Cassia Oliveira Araujo (Turma Recursal) e Ricardo da Silva Mota (Eunápolis). **Parabéns!!!**

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

Reabertas as inscrições para o Curso Básico de Processo Previdenciário (CJF)



Devido ao ataque cibernético sofrido, o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) decidiu reabrir o período de inscrições para o Curso Básico de Processo Previdenciário que deverão ser feitas até 12 de novembro por meio do link: <https://www2.cjf.jus.br/educare/ficha-inscricao?codTurma=1583>

O CEJ solicita, ainda que as pessoas que se já inscreveram realizem novamente a inscrição, já que, até o momento, não é possível extrair dados dos inscritos no sistema EducaEnfam em virtude do ataque cibernético. Será utilizado, portanto, um novo sistema.

O curso será a distância e terá carga horária total de 30 horas-aula, entre 16 de novembro e 17 de dezembro. Serão oferecidas o total de 100 vagas. O início das aulas será no dia 16 de novembro. Mais informações pelo e-mail ead@cjf.jus.br

Funcionamento do Restaurante desta Seccional retorna em janeiro de 2021

A SECAD Informa que o funcionamento do Restaurante RB, que atua nesta Seccional, somente será retomado em janeiro, após o recesso. Previsto para retornar no final de novembro, quando findassem as obras que estão ocorrendo em suas dependências, o pedido de suspensão foi motivado pelo reduzido número de clientes atendidos pela empresa desde a reabertura, em razão da pandemia.

Inscrições para seminário internacional são prorrogadas até sexta-feira, 13

As inscrições para o I Webinário Internacional Brasil-União Europeia: Justiça e Políticas de Proteção Socioambiental foram prorrogadas até sexta-feira (13/11). O evento já recebeu mais de 500 inscrições e vai reunir, no dia 17 de novembro, especialistas para debater novas formas de atuação do Poder Judiciário na tutela da Amazônia Legal e das populações tradicionais envolvidas, com transmissão ao vivo pelo canal do CNJ no YouTube. Para se inscrever, acesse: <https://bit.ly/3pOlach>